2016

Instituto
Terra,
Trabalho e
Cidadania

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ITTC 20 ANOS
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

EQUIPE

DIRETORIA

Michael Mary Nolan – Presidente
Heidi Ann Cerneka – Vice Presidente
Denise Neri Blanes – Tesoureira
Verônica dos Santos Sionti – Secretária Executiva

EQUIPE TÉCNICA

COMUNICAÇÃO
comunica@ittc.org.br

Ana Luiza Voltolini Uwai
Ana Paula Navarrete
Emmanuel dos Santos Ponte
Luiza de Aquino Barbosa Magalhães

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
adm@ittc.org.br

Cintia Francisca Ferreira
Érica Marques
Lais Del Vecchio de Carvalho
Luiza Luz de Souza
Maria Aparecida Acunzo Forli
Thais Nascimento Galano

PROJETO GÊNERO E DROGAS
generoedrogas@ittc.org.br

Lucia Sestokas
Nathália Oliveira

PROJETO ESTRANGEIRAS
estrangeiras@ittc.org.br

Amanda Signori
Anna Carolina Martins Silva
Carolina Yuubi Yabase
Isabela Rocha Tsuji Cunha
Nathalia Ferreira Duo
Nayara Chioma
Viviane Balbuglio

JUSTIÇA SEM MUROS
justicasemmuros@ittc.org.br

Anderson Lobo da Fonseca
Beatriz Ramos Vico
Felipe Eduardo Lazaro Braga
Flavio Siqueira Junior
Mariana Lins de Carli Silva
Mariana Varela
Nina Campello Marcondes
Raquel da Cruz Lima
Surrailly Youssef

01 APRESENTAÇÃO

Desde a fundação do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em 1997, a organização se dedica à garantia dos direitos humanos e tornou-se uma referência sobre sistema de justiça criminal e, principalmente, encarceramento feminino. Sempre atento à realidade do cárcere, o ITTC prioriza projetos e intervenções dentro das unidades prisionais e em contato direto com as pessoas privadas de liberdade, contribuindo - a partir desta perspectiva - para a promoção de políticas públicas garantidoras de direitos.

O ITTC tem percebido que a maioria das mulheres encarceradas acompanhadas pelo Instituto em seus quase 20 anos de atuação são trabalhadoras, provedoras de suas famílias, mães e nunca tiveram contato prévio com a justiça criminal. Muitas delas possuem baixa escolaridade e sofreram violência doméstica e/ou institucional e padecem de problemas de saúde. A revisão do paradigma de encarceramento dessas mulheres é uma das principais demandas que compõem a visão do ITTC.

Em 2016, o ITTC continuou o trabalho realizado desde 2001 com as mulheres migrantes privadas de liberdade e egressas, e solidificou a parceria com a Defensoria Pública da União, fortalecendo a estrutura de acesso à justiça para este público. O ano também foi marcado pelo grande avanço da discussão pública sobre as alternativas ao encarceramento. Além da implementação das audiências de custódia, que o ITTC apoia e monitora, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) se dedicou a discutir e reformular a Política Nacional de Alternativas Penais e o ITTC foi chamado, como representante da sociedade civil, a participar deste processo.

Ainda neste mesmo ano, o ITTC aprofundou a análise da principal causa do encarceramento feminino no Brasil: as políticas de drogas nacional e internacional. A partir de um grande esforço de levantamento e análise conjuntural, a equipe se inseriu no debate público sobre a revisão da política de drogas no Brasil, colaborou com organizações de outros países americanos para construir propostas de mudança das políticas de drogas sob um viés de gênero e produziu materiais voltados à compreensão de um público mais amplo a respeito da necessidade desta mudança de paradigma.

Para alcançar sua finalidade social, o Instituto empreendeu um grande esforço de fortalecimento de sua estrutura organizacional e na formação profissional de jovens para o campo da justiça nos últimos anos. Em 2016, O ITTC recebeu apoio para a consecução de projetos voltados a essa finalidade.

Na área de comunicação, os resultados foram impressionantes, ampliando nossa presença nas redes sociais e garantindo um maior alcance dos documentos técnicos que as equipes produzem. A necessidade de dialogar com um público variado, de pessoas engajadas a desconhecedores da temática carcerária, direcionou o ITTC à produção de materiais diversos, como infográficos, propostas de recomendação a gestores de políticas públicas e operadores do direito, artigos midiáticos, notas opinativas e vídeos. Outro ponto forte do ano, foi a realização de eventos institucionais como o "Conversa com Deborah Small", "Nós Outras", em parceria com a Anistia Internacional, e a celebração dos "15 anos do Projeto Estrangeiras" garantindo grande público debatendo os temas do Instituto. Um fruto dessa mobilização intensa foi a indicação como finalistas do desafio Ashoka "Direitos Humanos na América Latina". Essa variedade de estratégias de comunicação ampliou muito a presença e alcance do discurso do ITTC e contribuiu para a realização de sua missão histórica.

O ITTC ampliou, ainda em 2016, o número de apoiadores, colaboradores e passou a compor novas redes de trabalho. Sua equipe cresceu, ampliou-se o número de projetos e fortaleceu-se o modelo de relacionamento com financiadores. A profissionalização administrativo-financeira também alcançou novo patamar e a responsabilidade e transparência que sempre foram prezadas pelas gestoras da organização passaram a ser sustentadas por novos processos internos.

Para 2017, está prevista a continuidade de quatro projetos do ITTC, inclusive outros em prospecção com foco na sustentabilidade institucional. Além da ampliação física para garantir a continuidade dos atendimentos com as mulheres migrantes egressas. Ademais, está prevista também para o próximo ano são a consolidação de uma estrutura suficiente para a boa coordenação e desenvolvimento das atividades em andamento e a sustentabilidade financeira da organização.

O ITTC

O ITTC é uma organização de Direitos Humanos fundada em 1997 cuja visão é erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento. Sua missão é promover o acesso à justiça e garantir direitos, por meio de atuação constante e sistemática nos seguintes eixos de ação: atendimento direto, diálogo público (advocacy e comunicação), educação para a cidadania e produção de conhecimento.

O ITTC possui título de utilidade pública municipal e estadual; certificado de isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação); inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, como organização que realiza defesa e garantia de direitos e assessoria; e certificado de reconhecimento de entidade promotora de Direitos Humanos emitido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

HISTÓRICO E CONTEXTO

O ITTC carrega uma história de luta e de engajamento político e social de seus sócios fundadores e de sua equipe técnica nas mais diversas áreas de defesa dos direitos dos cidadãos. A primeira intervenção do ITTC junto à população carcerária se deu com a participação dos seus integrantes no "Grupo Cidadania nos Presídios", formado em abril de 1997, para atuar nos presídios femininos de São Paulo, em conjunto com representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa deste Estado.

Essa pesquisa já confirmava a falência do sistema carcerário e o desconhecimento por parte das mulheres presas (e até das funcionárias) de direitos constitucionais básicos (ex.: direito à amamentação), e que o sofrimento delas ia além das suas penas, diante do descaso das autoridades na garantia do mínimo de dignidade, durante o cumprimento da privação de liberdade.

Desde esta primeira iniciativa, o ITTC se deparou com as demandas específicas das mulheres encarceradas e com a necessidade de promover políticas públicas voltadas a esta parcela da população carcerária. A compreensão de que as desigualdades de gênero se reproduzem e se acirram no sistema penitenciário passou a orientar as ações do ITTC desde então.

PARCEIROS E TRABALHO EM REDE

O fortalecimento do trabalho em rede e da participação social na construção das políticas públicas é uma prioridade do ITTC, que tem se dedicado a construir e integrar importantes articulações como parte de sua estratégia de atuação. O ITTC trabalha há mais de uma década em parceria estreita com outras organizações da sociedade civil como a Pastoral Carcerária e a Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD), além de manter colaborações específicas com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CEDHEP), e diversos veículos de comunicação e parcerias diversas com órgãos públicos. Em 2010, o ITTC participou da criação da Rede de Justiça Criminal (RJC), da qual fazem parte Associação pela Reforma Prisional (ARP), Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto Sou da Paz e Justiça Global. A RJC faz advocacy em temas de justiça criminal, especialmente junto ao Congresso Nacional e Governo Federal.

Em 2016, o ITTC consolidou a parceria com a Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), na qual contribui em sua especialidade, propondo pautas, reflexões e documentos sobre os efeitos das políticas de drogas nacionais e internacionais para o encarceramento.

Internacionalmente, o ITTC faz parte do International Drug Policy Consortium (IDPC) e participa do debate com um grupo de organizações latino-americanas que procuram rever os efeitos das políticas de drogas sobre o encarceramento de mulheres.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE

A principal fonte de recursos do ITTC são os projetos desenvolvidos pelas diversas equipes com apoio de diferentes organizações como o Instituto Jacob e Betty Lafer, Fundo Brasil de Direitos Humanos (em parceria com a Oak Foundation), Instituto das Irmãs de Santa Cruz (ISC) e Open Society Foundation.

Em 2015, o ITTC tinha como meta para o ano seguinte consolidar uma estrutura adequada para o bom desenvolvimento das atividades em andamento e a sustentabilidade financeira da organização. Nesse sentido, o Instituto continuou a busca pela renovação das pesquisas realizadas e por novos recursos para sua sustentabilidade.

Concretamente, o reconhecimento e a avaliação positiva da parceria entre o ITTC e a Sigrid Rausing Trust permitiu a continuidade e a formalização desta pelos próximos três anos. A partir deste novo apoio, priorizou-se investimentos estratégicos em áreas fundamentais para o desenvolvimento institucional e para a sustentabilidade da instituição, focando também o aumento da visibilidade da causa, a transparência institucional e a reestruturação interna para enfrentamento dos desafios.

Além dos projetos aprovados, também constituem fonte de renda as doações de nota fiscal paulista, as penas pecuniárias da justiça federal, comodato de utilização de espaço, apoio de consulados e prêmios.

Ainda, em 2016, o ITTC e a Defensoria Pública da União renovaram seu convênio que possibilita o deslocamento de estagiárias e estagiários da Defensoria para atuação na equipe do Projeto Estrangeiras.

TRANSPARÊNCIA DE RECURSOS

O ITTC preza pela seriedade de seu trabalho. Por isso, em 2016, investe em auditoria externa para implementar um novo processo que possibilite ao Instituto ser ainda mais transparente em suas ações e recursos no ano de 2017.

3%	Notas fiscais paulistas, doações de pessoas físicas, penas pecuniárias da Justiça Federal, comodato de utilização de espaço
28%	**INSTITUIÇÕES NACIONAIS** Instituto Jacob e Betty Lafer Instituto das Irmãs de Santa Cruz
69%	**INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS** Open Society Foundation Sigrid Rausing Trust OAK Foundation / Fundo Brasil de Direitos Humanos Embaixada da Tailândia

COMUNICAÇÃO

As atividades de rotina desenvolvidas pela comunicação são principalmente publicações no blog do ITTC, alimentação constante das redes sociais, como Facebook e Twitter, sugestão de pautas, revisão e envio de textos, relacionamento com a imprensa e acompanhamento de entrevistas. Além dessas, outras ações foram de extrema importância para o desenvolvimento da organização e merecem destaque. Uma delas é a implementação de técnicas de SEO para otimizar o site institucional. A partir da ferramenta, o ITTC detectou uma demanda da audiência e, para saná-la, iniciou o "ITTC Explica", uma série de artigos publicados em nosso blog, que possui o objetivo principal de explicar didaticamente conceitos trabalhados pelo Instituto, como por exemplo o que são audiências de custódia, alternativas penais, indulto etc.

Em 2016 as ações nas redes sociais foram diversificadas, investindo-se em imagens com conteúdos de fácil assimilação e engajamento. A relação com a imprensa se intensificou com a equipe de comunicação pautando, acompanhando e produzindo conteúdo nos mais diversos meios, da rádio até a internet, passando pela imprensa escrita e televisiva, além do acompanhamento em os eventos institucionais realizados e também os que foram apoiados. Confira abaixo nossos números:

ENVIO DE NEWSLETTER
2960 pessoas
390 conversões
por mês

SITE E BLOG
+40 mil acessos no ano
3500 acessos por mês
123 textos autorais publicados

ASSESSORIA DE IMPRENSA
268 menções na mídia
23 textos publicados

FACEBOOK
8.251 likes
Crescimento de 115%

TWITTER
168 seguidores
Crescimento de 65%

CAMPANHAS
ITTC Explica
Campanha pelo Indulto
Lançamento hotsite
MulhereSemPrisao
Campanha Marco Legal de Atenção
à Primeira Infância
Dia da Mulher

APOIO AOS PROJETOS

A comunicação é parte essencial no desenvolvimento dos produtos institucionais. O apoio aos projetos do ITTC garantiu que todos os produtos e ações midiáticas possuíssem a mesma identidade visual e atingissem a público de maneira estratégica.

PROJETO ESTRANGEIRAS

Produção de mini documentários em parceria
Produção de publicação sobre a história do Projeto
Evento de celebração dos 15 anos do Projeto
Assessoria de imprensa
Cobertura de eventos

PROJETO JUSTIÇA SEM MUROS

Produção de vídeos para iniciativa MulhereSemPrisao
Lançamento do hotsite mulheresemprisao.org.br
Assessoria de imprensa
Cobertura de eventos

PROJETO GÊNERO E DROGAS

Lançamento do infográfico Política de Drogas e Encarceramento: um panorama América-Europa
Evento com Deborah Small em parceria com a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas
Evento NósOutras em parceria com Anistia Internacional
Nova Lei de Migração
Tradução do Guia WOLA
Assessoria de imprensa
Cobertura de eventos

02 PROJETO ESTRANGEIRAS

Em 2016, o Projeto Estrangeiras (PE) completou 15 anos de trabalho pela garantia dos direitos das mulheres migrantes envolvidas com a justiça criminal em São Paulo, pautado em um Protocolo de Intenções firmado pela primeira vez no ano de 2001 com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado e renovado anualmente. A orientação jurídica e social das mulheres migrantes em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais do estado de São Paulo se caracteriza pela continuidade e pelo aprimoramento frequente das ações de atendimento realizadas sistematicamente de maneira planejada, organizada e gratuita.

Dado esse caráter de permanência do Projeto Estrangeiras no ITTC, suas ações são definidas com base na constante reflexão a respeito dos objetivos elencados e dos resultados alcançados em todos os períodos de suas atividades.

No início do projeto, em 2001, havia cerca de 40 mulheres de outras nacionalidades privadas de liberdade em São Paulo. Quinze anos depois, esta população, que já chegou a ser de mais de 500 mulheres em 2013, corresponde a cerca de 300 mulheres provenientes de mais de 50 países diferentes, de todos os continentes, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2, apresentados a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DE PAÍSES

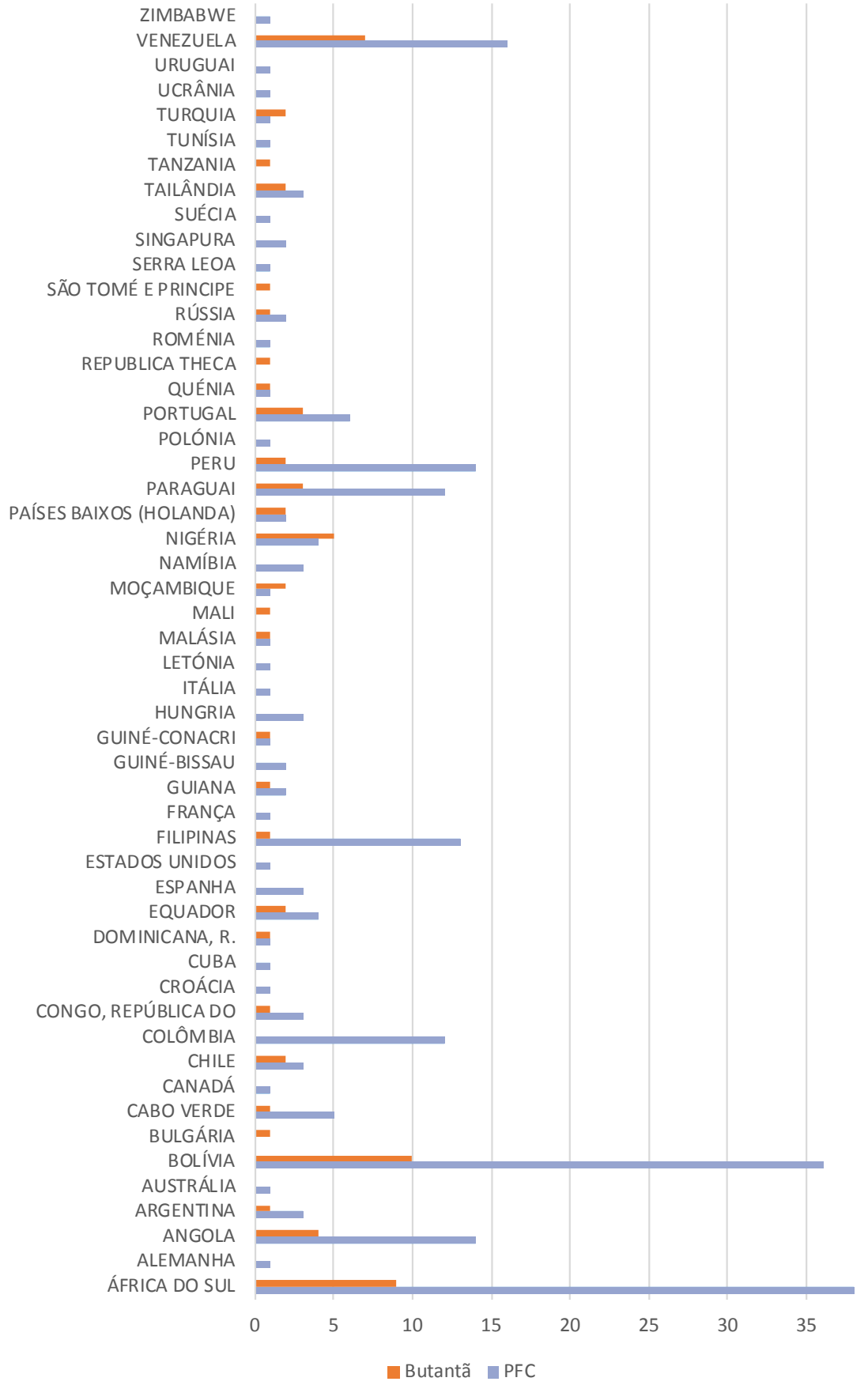


Gráfico 1. Relação dos países de origem das mulheres atendidas pelo Projeto Estrangeiras. Fonte: Penitenciária Feminina da Capital e do Centro de Progressão Penitenciária do Butantã - listagem de reeducandas estrangeiras de novembro de 2016.

MULHERES POR CONTINENTE

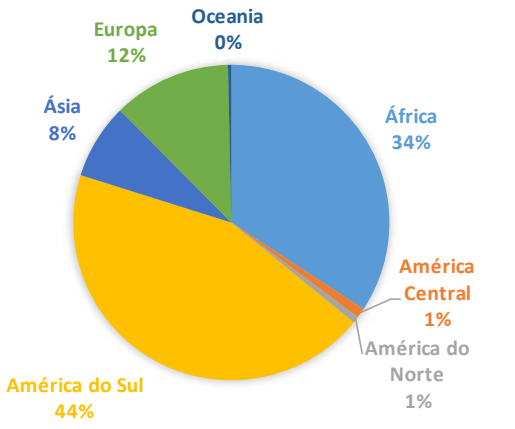


Gráfico 2. Distribuição das mulheres atendidas pelo Projeto Estrangeiras de acordo com seus continentes de origem. Fonte: Penitenciária Feminina da Capital e do Centro de Progressão Penitenciária do Butantã - listagem de reeducandas estrangeiras de novembro de 2016.

Segundo dados do projeto, cerca de 90% das mulheres migrantes atualmente privadas de liberdade em São Paulo foram presas como mulas do tráfico internacional de drogas. A grande maioria destas mulheres apresenta um histórico de alto grau de vulnerabilidade social, sendo provenientes de famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e necessidade, das quais são frequentemente as únicas ou principais provedoras; geralmente não têm nenhum envolvimento anterior com o tráfico e não integram organizações que se dedicam ao comércio de substâncias ilícitas.

O levantamento de dados referentes às ações de atendimento direto e educação para a cidadania é realizado anualmente no mês de novembro, tendo em vista a elaboração do relatório de renovação de protocolo de intenções enviado à SAP. Assim, as informações quantitativas a respeito das atividades de atendimento presentes neste relatório se referem ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PRINCIPAIS RESULTADOS E IMPACTOS
ATENDIMENTOS DIRETOS

Entre dezembro de 2015 e novembro de 2016 foram realizadas 37 visitas à Penitenciária Feminina da Capital, com um total de 1544 atendimentos diretos individuais, e 9 visitas ao Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã, somando 331 atendimentos diretos individuais efetuados. Apesar da quantidade de visitas ter se mantido em relação ao ano passado, o número de atendimentos diretos individuais realizados neste período aumentou em 9,3% (de 1582 atendimentos realizados em 2015 para 1745 atendimentos realizados em 2016), mesmo os números de 2016 excluírem as entregas de correspondência que estão agora sob responsabilidade das unidades prisionais.

No ano de 2016, a equipe do Projeto Estrangeiras não restringiu sua atuação e procurou outras unidades prisionais femininas do estado de São Paulo para uma busca ativa de outros casos de mulheres encarceradas de outras nacionalidades. Foram localizados casos no Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista, na Penitenciária Feminina de Santana e na Penitenciária Feminina de Tremembé. Uma visita foi realizada ao CPP de São Miguel Paulista para atendimento direto e correspondências foram trocadas com as migrantes dos outros estabelecimentos no intuito de prestar assistência a elas, conforme previsto no Protocolo de Intenções mantido com a SAP.

Os Gráficos 3 e 4 apresentados a seguir ilustram o total de atendimentos realizados pelo projeto e a porcentagem de atendimentos de acordo com cada categoria abrangida.

TOTAL DE ATENDIMENTOS

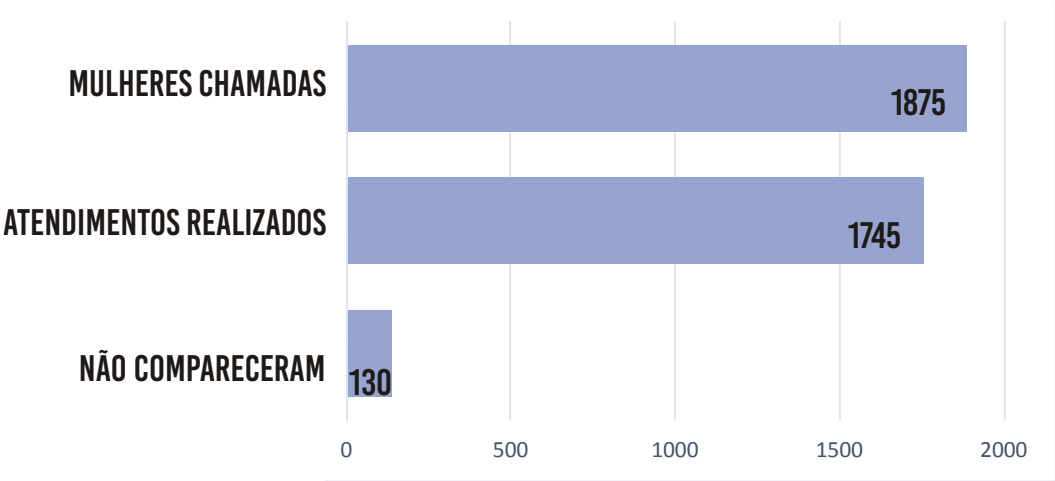


Gráfico 3. Total de mulheres chamadas para atendimento, atendimentos realizados pelo Projeto Estrangeiras e número de não comparecimento ao atendimento nas unidades prisionais visitadas. Fonte: Penitenciária Feminina da Capital e do Centro de Progressão Penitenciária do Butantã - listagem de reeducandas estrangeiras de novembro de 2016.

ATENDIMENTOS POR TIPO

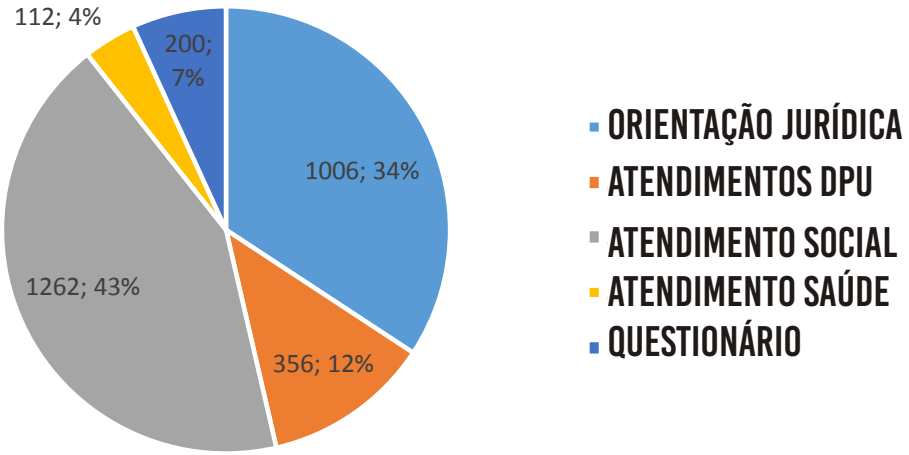


Gráfico 4. Distribuição dos atendimentos realizados por tipo, sendo que mais de um tipo de atendimento pode ter sido realizado na mesma ocasião. Fonte: Penitenciária Feminina da Capital - listagem de reeducandas estrangeiras no período de Dezembro de 2015 a Novembro de 2016.

Foi verificado que no ano de 2016 houve um decréscimo relevante da população de mulheres migrantes em privação de liberdade no estado de São Paulo, levando em conta principalmente as duas unidades prisionais onde o Projeto Estrangeiras realiza atendimentos periódicos, a Penitenciária Feminina da Capital e o Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã. O comparativo entre os três últimos anos de atividade do projeto evidencia a redução no número de mulheres de outras nacionalidades encarceradas nestes dois estabelecimentos (ver Gráfico 5).

Ainda assim, a demanda por atendimentos do Projeto Estrangeiras se manteve alta e constante e motivou a ampliação do número de atendimentos efetivados em comparação com o período anterior.

MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE - COMPARATIVO

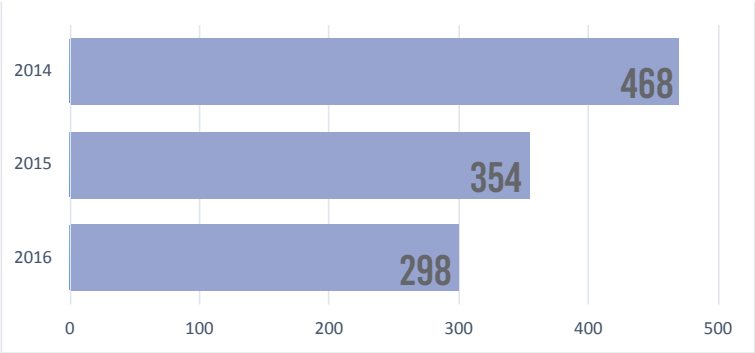


Gráfico 5. Comparativo das mulheres em privação de liberdade na Penitenciária Feminina da Capital e no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã no final de cada ano. Fonte: Penitenciária Feminina da Capital e do Centro de Progressão Penitenciária do Butantã - listagem de reeducandas estrangeiras de novembro de 2014, 2015 e 2016.

Foi avaliado que a demanda constante por atendimento se deve sobretudo à rotatividade da população feminina migrante dos dois estabelecimentos periodicamente visitados pelo projeto. Entre dezembro de 2015 e novembro de 2016 entraram em média 15 mulheres a cada mês na Penitenciária Feminina da Capital e saíram, em média, 18 mulheres (ver Gráfico 6). As mulheres recém-chegadas ao sistema prisional geralmente necessitam de atendimento mais frequente por parte do projeto, uma vez que levam um tempo para estabelecer contato com a família e compreender os processos criminais em que se encontram inseridas. O elevado número de mulheres entrando a cada mês gera a ampliação das solicitações por atendimentos novos, realização de encaminhamentos de demandas e atendimentos de retorno.

ENTRADAS E SAÍDAS - JAN/2016 A NOV/2016

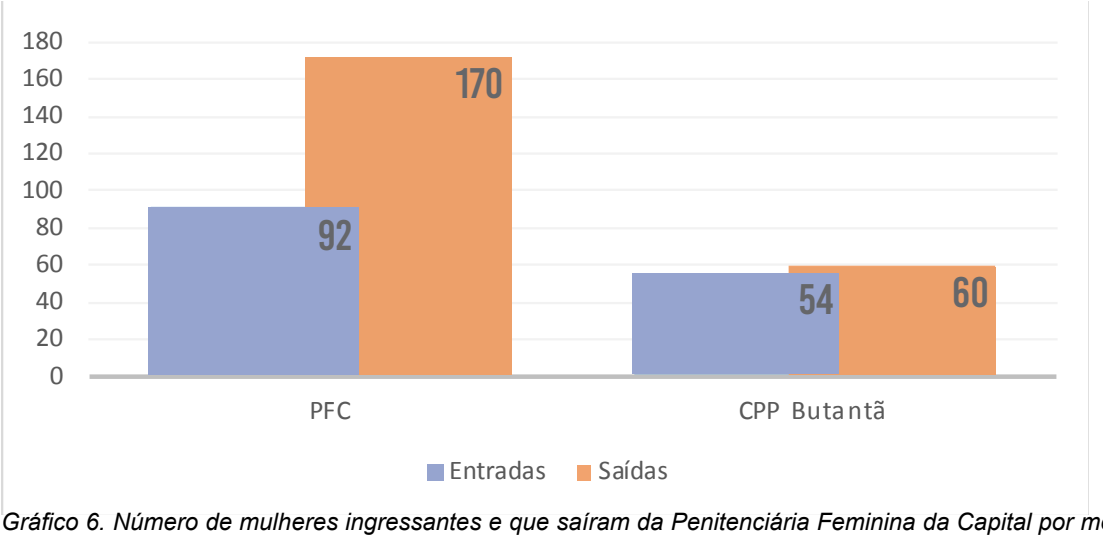


Gráfico 6. Número de mulheres ingressantes e que saíram da Penitenciária Feminina da Capital por mês. Fonte: Penitenciária Feminina da Capital - listagem de reeducandas estrangeiras de Dezembro de 2015 a Novembro de 2016.

Por sua vez, o elevado número de saídas, que se deve sobretudo à aplicação de sentenças em regime inicial semiaberto pela Justiça Federal (no caso das mulheres que deixam a PFC e são transferidas para o CPP do Butantã) e à concessão de progressão de regime (no caso das que deixam o CPP do Butantã em progressão para o regime aberto), traz uma maior necessidade de acompanhamento constante dos processos criminais, tanto em fase de conhecimento como em fase de execução criminal, com vistas a garantir que as mulheres tenham ciência a respeito de suas sentenças e direitos e que seus lapsos sejam devidamente respeitados.

OFICINAS

Neste ano de 2016, aconteceram seis ciclos dos Círculos de Apoio para Mulheres Encarceradas que duraram, em média, seis encontros cada, possibilitando que os temas propostos e as atividades corporais pudessem ser vivenciadas por grande parte das mulheres mães e pelos bebês que passaram pelo Pavilhão Materno-Infantil da PFC durante o ano.

Atualmente, quatro voluntárias colaboradoras participam dos ciclos e de seu planejamento. As atividades são formuladas em conjunto, tratando principalmente de temas trazidos pelas mulheres de dentro da penitenciária e pelas sugestões e ideias trazidas pela própria equipe da unidade prisional. Alguns exemplos dos temas trazidos pelas mulheres foram relacionados à saúde da mulher, como saúde no pós-parto, contracepção e doenças sexualmente transmissíveis. Outros temas estavam relacionados ao desenvolvimento dos bebês como nutrição e amamentação e temas gerais de arte e música.

Com a realização desses ciclos foi possível manter um acompanhamento continuado com as mulheres mães que passam pela Penitenciária Feminina da Capital, em especial pelo Pavilhão Materno-Infantil, passando a identificar de forma mais qualitativa suas diversas demandas. Esse acompanhamento alicerça o planejamento e desenvolvimento das atividades educacionais, que solucionam dúvidas gerais relacionadas a amamentação, pós-parto, entre outros temas referentes à maternidade. Além disso são desenvolvidas atividades lúdicas e manuais com dinâmicas de grupo, trabalhos em papel, música e atividades corporais etc., tanto para as mulheres quanto para os bebês.

DIÁLOGO PÚBLICO

O Projeto Estrangeiras manteve as ações dedicadas a ampliar a visibilidade das demandas das mulheres atendidas junto aos órgãos e agências capazes de solucioná-las. Neste sentido, em 2016, o projeto seguiu buscando se articular com outras redes e atores sobretudo para promover o acesso das mulheres acompanhadas aos serviços e políticas públicas. Nesse período, a mudança de cenário e a ampliação do número de mulheres que cumprem pena fora da prisão trouxeram novas demandas a serem solucionadas pelo projeto, que teve de acionar novos atores para efetivar seus encaminhamentos.

A dificuldade de acesso das mulheres egressas aos serviços de acolhida municipais, por exemplo, estimulou a equipe a procurar a política de assistência do município de São Paulo de forma mais incisiva, inclusive com apoio do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da Defensoria Pública da União. Da mesma forma, as demandas por documentação e trabalho incentivaram a articulação da equipe com novos serviços de atendimento a migrantes promovidos por outras instituições, pelo município e pelo estado de São Paulo.

Em 2016, além de acionar serviços destinados a pessoas migrantes, o projeto passou a integrar de maneira mais efetiva a rede de organizações composta por Conectas, Missão Paz, Cáritas, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-Sefras), que se articulam em São Paulo e Brasília em torno do projeto de nova Lei de Migração, substituto

do ultrapassado Estatuto do Estrangeiro. Por meio da participação em reuniões periódicas, o projeto esteve presente na revisão do projeto de lei e da proposta de emendas e auxiliou na produção de textos e materiais para ações de advocacy realizadas conjuntamente pelas seis organizações. A participação do PE neste espaço tem especial importância por sermos a única organização que lida com o entrecruzamento das questões de migração, justiça criminal e encarceramento, trazendo contribuições específicas e atentas à realidade particular das pessoas migrantes em conflito com a lei.

O contato com as representações diplomáticas dos países de origem das mulheres atendidas se manteve constante ao longo do ano, em um esforço no sentido da manutenção das parcerias já estabelecidas e na construção de novas parcerias por meio da apresentação do projeto e das necessidades das mulheres dentro e fora do sistema prisional.

Por fim, o projeto continuou com suas atividades de participação em eventos e reuniões de divulgação organizados por instituições parceiras, trazendo visibilidade para o recorte temático, assim como a participação em eventos e reuniões de cunho acadêmico, buscando promover a temática também no meio universitário e científico.

15 ANOS DE PROJETO ESTRANGEIRAS

Ao longo de 2016, a equipe do Projeto Estrangeiras, em conjunto com a equipe de comunicação do ITTC, buscou reunir materiais e resgatar a memória do projeto nestes 15 anos de existência. Foi um importante exercício para compreender a dinâmica de encarceramento das mulheres migrantes no estado de São Paulo neste período, as estratégias criadas pelas diferentes equipes que passaram pelo projeto para atendê-las, e observar os resultados alcançados após os esforços empreendidos.

A produção de uma publicação e dois vídeos informativos a respeito do projeto e de seu histórico de atuação permitiu difundir a questão das mulheres migrantes envolvidas com a justiça criminal e chamar atenção para as dificuldades enfrentadas por elas e suas demandas. As ações de assessoria de imprensa, sobretudo o acionamento de diversas mídias, possibilitaram ampliar a divulgação sobre o trabalho realizado pelo PE.

A publicação intitulada “De Estrangeiras a Migrantes: Os 15 Anos de Luta do Projeto Estrangeiras” traz uma visão histórica do projeto, desde a sua origem até o momento atual, e inclui depoimentos de integrantes, diretoras, diretores, parceiras e parceiros, atuais e antigos. Além disso, o primeiro vídeo produzido apresentou resumidamente o projeto e o trabalho desenvolvido, enquanto o segundo contou com a presença e o depoimento de mulheres que foram atendidas pelo projeto dentro de unidades prisionais e que agora se encontram em liberdade. No vídeo, cada uma usou sua voz não só para contar sua experiência, mas também para ler e apresentar as cartas das mulheres que ainda se encontram no cárcere.

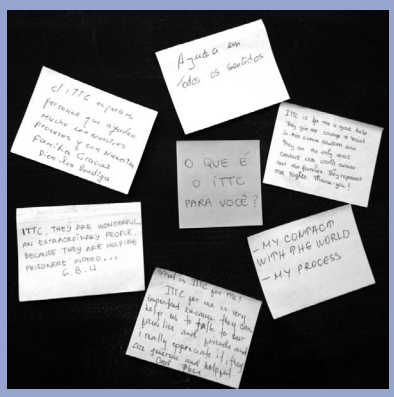
Para o lançamento desses materiais, foi organizado um evento com duas mesas de debate, compostas primeiramente por membros da diretoria do ITTC e uma defensora pública federal e em seguida composta pelas integrantes da equipe do Projeto Estrangeiras. Ao final das apresentações, contamos ainda com falas espontâneas e essenciais de mulheres acompanhadas pelo projeto, que compartilharam suas experiências, as dificuldades vivenciadas e falaram sobre o apoio que receberam do PE.

BANCO DE DADOS

Durante o ano de 2016, foram realizadas reuniões entre a equipe e consultoria especializada a fim de definir as categorias que comporiam o banco de dados, tendo em vista a diversidade de modelos de questionários que foram aplicados ao longo do tempo. Dessa forma, buscou-se preservar as informações coletadas pelos questionários antigos e ao mesmo tempo respeitar as necessidades presentes no questionário atual. Definida a estrutura do banco, perguntas, respostas e categorias, em novembro de 2016 teve início a construção do sistema, realizado por uma empresa contratada para esse fim.

CONSULTORIA DE SAÚDE

No segundo semestre de 2016 foi proposta uma consultoria de saúde para realização de atividades junto ao Projeto Estrangeiras, a partir de uma solicitação das integrantes do projeto, e com vistas a orientar e assessorar o atendimento e encaminhamento dos casos de saúde. A partir do mesmo planejamento inicial, ocorreram encontros semanais com a proposta de construir estratégias e práticas para o enfrentamento de demandas de saúde das mulheres atendidas pelo projeto na PFC e Butantã, dar continuidade nas ações relacionadas às Oficinas de Saúde do pavilhão Materno Infantil da PFC e estruturar momentos de formação com a equipe de trabalho.



03 PROJETO JUSTIÇA SEM MUROS

Desde 2014 o Programa Justiça Sem Muros tem atuado para combater o encarceramento em massa. Com especial atenção às mulheres presas, o programa se estrutura em ações articuladas de pesquisa, advocacy e comunicação que estimulem a garantia da liberdade e dos demais direitos das pessoas selecionadas pelo sistema penal.

Em 2016, a produção de conhecimento foi um dos destaques, por meio da elaboração do relatório de pesquisa "Mulheresemprisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres". Além disso, foi possível expandir a leitura das grandes áreas de incidência para problemas estruturais. Nesse contexto, as atividades relacionadas à revista vexatória, por exemplo, passaram a integrar o eixo de combate à tortura.

No diálogo com o poder público, o principal resultado do programa foi o reconhecimento da capacidade técnica do ITTC para integrar diversos espaços exclusivos de negociação e formulação de políticas públicas aptas a gerar desencarceramento. A publicação da tradução oficial das Regras de Bangkok por meio de articulação com o Conselho Nacional de Justiça demonstra a ascensão de um potencial de advocacy com atores do poder público. Nesse sentido, o contato com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para aprimorar a política de atendimento a presos e presas provisórias também sinaliza a inserção para incidência política, notadamente com atores do sistema de justiça criminal.

Ainda no mesmo ano, embasado na elaboração de planejamento anual temático, o Programa Justiça Sem Muros desenvolveu as seguintes atividades:

ALTERNATIVAS PENAIS

A partir da produção do relatório de pesquisa sobre a política nacional de alternativas penais (em preparação para publicação), foram elaborados e difundidos os seguintes materiais: (i) Diagramação e difusão da síntese da Reunião de Trabalho sobre a Política Nacional de Alternativas Penais, realizado em 2015; (ii) Carta de princípios para ação da sociedade civil no tema das alternativas penais; (iii) Infográfico explicativo sobre o funcionamento da pena de prestação de serviços à comunidade; (iv) Manual de orientações para potencializar o caráter desencarcerador da política de alternativas penais, em parceira com a Rede Justiça Criminal.

As atividades de advocacy focaram os poderes Executivo e Judiciário com o objetivo de expandir a aplicação das alternativas penais para os crimes que mais impactam no encarceramento, principalmente roubo e tráfico. Dessa forma, houve participação durante todo o ano no Grupo de Trabalho sobre Alternativas Penais do Departamento Penitenciário Nacional (Ministério de Justiça), no âmbito do qual estão sendo elaborados os manuais nos quais vão se basear os novos convênios do Governo Federal com os estados. Também foi realizada incidência junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e à Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) para sensibilização sobre alternativas, além da participação no segundo Fórum Nacional de Alternativas Penais, que tinha como principal tema a audiência de custódia.

No âmbito internacional, a equipe esteve representada no encontro “La agenda de la Sociedad Civil en los procesos de Reforma Judicial en América Latina”, organizado pelo Centro de Estudios de Justicia de las Américas, ligado à OEA. A apresentação do ITTC discutiu os impactos da expansão das alternativas penais, uma medida presente na reforma dos sistemas judiciais penais em diversos países da América Latina. Na esfera nacional, o ITTC esteve presente em audiência pública sobre o novo CPP e justiça restaurativa na Câmara dos Deputados.

REDUÇÃO DO ENCARCERAMENTO FEMININO

A produção de conhecimento deste eixo se concretizou por meio de pesquisa quanti e qualitativa voltada a compreender a forma como os atores do sistema de justiça atuam nos casos de prisão provisória de mulheres, a fim de entender as potencialidades e desafios para garantir alternativas a essa prisão.

Para tanto, foram executadas metodologias de análise quantitativas com processos criminais de mulheres presas em flagrante no ano de 2014 e 27 entrevistas semi-estruturadas com mulheres presas de diferentes perfis (gestantes, lactantes, mulheres com filhos pequenos, idosas, jovens, pacientes, mulheres com deficiência e estrangeiras). A partir da coleta dessas informações, foi realizada uma análise articulada dos dados e relatos que subsidiou a elaboração do relatório de pesquisa.

Ainda, foi realizado um levantamento de boas práticas internacionais de desencarceramento, compiladas em um documento de orientações para redução do encarceramento feminino em parceria com a Universidade de Chicago.

Em relação à comunicação, foi realizado o lançamento do hotsite Mulheresemprisao, que coloca em evidência o problema do encarceramento feminino e a necessidade de reduzi-lo, juntamente com a produção e difusão de dois vídeos com testemunhos de mulheres que passaram por prisão provisória e posteriormente tiveram acesso a medidas alternativas.

Com a publicação da tradução oficial das Regras de Bangkok, fruto de articulação do ITTC e da Pastoral Carcerária com o Conselho Nacional de Justiça, as Regras foram divulgadas na imprensa.

Em parceria com a Rede Justiça Criminal, foi organizada a elaboração de boletim sobre discriminação de gênero na justiça criminal e sua difusão, com o envio de ofícios para todas as Defensorias e OABs estaduais do país falando sobre aplicação de indulto.

O advocacy no Poder Judiciário buscou garantir que os casos de prisão de mulheres levem em consideração as particularidades de gênero.

Na esfera do Poder Executivo (Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL, CNPCP, Ministério das Mulheres), o advocacy pautou a publicação de decreto de indulto específico para mulheres. O CNPCP chegou a aprovar uma minuta, mas não houve publicação pela presidência à época. Apesar de o indulto não ter sido publicado, após anos de militância por esta pauta, foi em 2016 que mais se conseguiu mobilizar parceiros e sensibilizar atores do Poder Executivo sobre a sua necessidade.

Quanto à articulação junto a parceiros, o encarceramento feminino foi elevado a tema prioritário na agenda de atuação da Rede Justiça Criminal graças à atuação do ITTC. A organização participou de oficina organizada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos sobre litigância estratégica na área de direitos reprodutivos e gênero e também foi convidada para articulação com Instituto Alana e Instituto Pro Bono para desenho de possíveis estratégias na implementação do Marco Legal da Primeira Infância.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

No âmbito da Rede Justiça Criminal, o Programa efetuou uma incidência junto ao Senado Federal para a aprovação do PLS 554/2011, que prevê a realização obrigatória das audiências de custódia em todo o Brasil.

Houve participação no workshop de avaliação do funcionamento das audiências de custódia no Brasil, evento organizado pelo IDDD, com representantes de todos os estados brasileiros, e construção de agenda prioritária para a consolidação das audiências de custódia.

O Programa esteve presente no processo de criação e implementação do Projeto Redes, voltado a oferecer acompanhamento socioassistencial para as pessoas liberadas nas audiências de custódia. A equipe participou de reuniões de criação do programa, foi palestrante na capacitação dos articuladores contratados e manteve conversas com a responsável pelo programa.

A busca pela garantia da perspectiva de gênero nas audiências de custódia se concretizou por meio de capacitação no tema para advogados voluntários do Instituto Pro Bono que realizam audiências de custódia em Itapecerica da Serra.

MAUS-TRATOS E TORTURA

No que diz respeito à temática dos maus-tratos e tortura, o ITTC incidiu, presencialmente no Congresso Nacional, para a aprovação do projeto de lei que proíbe a revista vexatória no Brasil, tanto nas unidades prisionais para adultos quanto nas unidades de internação para adolescentes. Ainda no Congresso Nacional, a equipe atuou para a aprovação de projeto de lei que proíbe que mulheres presas tenham que dar à luz algemadas. Também participou de audiência pública no Senado Federal contra a redução da maioridade penal.

Na esfera do Legislativo paulista, foi estimulada a criação do Mecanismo Estadual de Combate e Prevenção à Tortura. O ITTC figurou como eleitor no processo de escolha dos representantes do Comitê Nacional de prevenção e combate à tortura e acompanhamento de sua nomeação.

No cenário internacional, o Programa participou do 18º Fórum da sociedade civil sobre tortura, em Bruxelas, organizado pela União Europeia. A intervenção do ITTC como painelista tratou da implementação das Regras de Bangkok, tema que foi incorporado às recomendações finais do encontro.

REVISÃO DA POLÍTICA DE DROGAS

A partir de ações integradas ao projeto Gênero e Drogas, foi realizado advocacy no Judiciário para rever o viés criminalizador da política de drogas, notadamente por meio da colaboração para elaboração de amicus curiae no Habeas Corpus no qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu que tráfico privilegiado não é crime hediondo.

Ademais, foi monitorado o julgamento sobre inconstitucionalidade do crime de uso de drogas, e foram acompanhadas as iniciativas do CNPCP que recomendam a adoção de critérios objetivos para diferenciar uso e tráfico de drogas.

AGENDA MUNICIPAL SOBRE JUSTIÇA CRIMINAL

Projeto iniciado no segundo semestre de 2016, a elaboração de uma agenda municipal para a justiça criminal em razão do contato com trabalhadoras e trabalhadores das redes de serviços municipais e órgãos do sistema de justiça, e da necessidade evidenciada na pesquisa Mulheresemprisão de acesso aos serviços públicos, bem como a interface com o Projeto Estrangeiras e as mulheres egressas e suas demandas por serviços municipais.

Foram acompanhados os encontros do Fórum Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos, que reúnem

trabalhadores e usuários de serviços públicos da Zona Norte, em especial da saúde (CAPS, consultório de rua) e da infância (serviços de medida socioeducativa), para discutir situação e demandas das políticas públicas locais. Também foram promovidas reuniões com diversos trabalhadores dos serviços públicos que tinham afinidade com o tema.

Como estratégia de comunicação, houve a publicação de textos na imprensa sobre justiça criminal e políticas municipais em diversos veículos.

ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS

Outras ações que perpassam os temas prioritários de forma transversal foram executadas, como a colaboração para a produção de campanha de comunicação da Rede Justiça Criminal sobre encarceramento em massa e a publicação de textos na imprensa e participação em reportagens.

Houve ainda a mobilização com parceiros pela garantia de ensino noturno na Penitenciária Feminina de Santana.

A busca pela qualificação da produção de dados se concretizou a partir da reuniões com o DEPEN sobre a pauta prisional. No âmbito da Rede Justiça Criminal, foi acompanhado o desenvolvimento da consultoria sobre a produção de dados em justiça criminal, com vistas ao lançamento de plataforma sobre o tema.

04 PROJETO GÊNERO E DROGAS

O Projeto Gênero e Drogas (PGD) aborda temas referentes a gênero, política de drogas e sistema de justiça. As atuações se dão em três âmbitos: levantamento de informações, produção de materiais para comunicação e construção de estratégias de advocacy.

No início de 2016 o PGD lançou o Infográfico virtual “Política de Drogas e Encarceramento: Um panorama América - Europa”. O evento contou com a organização e participação da equipe do ITTC e de convidadas como Luciana Boiteux, pesquisadora e professora de direito penal na UFRJ, e Flaviana Serafim Vieira, do Núcleo de Direitos Humanos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP SP).

O infográfico “Política de Drogas e Encarceramento” foi resultado de um levantamento de dados sobre as legislações de drogas em 36 países das Américas e da Europa, com um recorte detalhado para 22 países que apresentaram um aumento do encarceramento a partir da adoção de políticas tolerantes com o uso de drogas.

O ITTC acompanhou a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre política de drogas (UNGASS), que aconteceu em abril em Nova Iorque e ainda contribuiu a nível nacional e internacional para as consultas sobre o projeto de resolução, assim como participou da Consulta Informal Interativa de Stakeholders para a UNGASS e do Fórum da Sociedade Civil em preparação para a UNGASS.

O PGD participou do primeiro Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas, que aconteceu em junho em Recife. A partir do diálogo entre diversos coletivos e movimentos sociais, foi elaborado o Manifesto Antiproibicionista de Recife, que propõe bases para uma nova política de drogas antiproibicionista, antiracista, anti LGBTfóbico e feminista e que compreenda a necessidade de tratar o uso e o comércio de substâncias psicoativas fora da esfera penal.

No segundo semestre de 2016 o PGD organizou a tradução e impressão da versão em português do guia "Mulheres, política de drogas e encarceramento: Um guia para a reforma em políticas na América Latina e no Caribe". O Guia foi lançado pela Washington Office on Latin America (WOLA), o Consórcio Internacional sobre Política de Drogas (IDPC), o DeJusticia e a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA), com apoio do ITTC. O guia trata da adoção, revisão e aplicação de reformas relacionadas ao encarceramento de mulheres por delitos de drogas para gestoras e gestores de políticas públicas. Este Guia oferece um roteiro para reformas políticas baseadas na saúde pública, que respeitem os direitos humanos, com a perspectiva de gênero. Ele inclui uma síntese de orientações gerais básicas e oferece uma gama de recomendações categorizadas em sete temas específicos: política de drogas mais inclusivas, reformas das políticas de drogas, alternativas ao encarceramento, cultivo ou processamento de drogas, programas de inclusão social, mulheres grávidas ou com pessoas dependentes, e geração e coleta de dados.

Para 2017 o PGD está organizando a campanha "Política de drogas é uma questão de mulheres", lançando o vídeo homônimo que retrata episódios de violações de gênero em decorrência de questões relacionadas a drogas.

ITTC 20 ANOS
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

ITTC.ORG.BR
FACEBOOK.COM/ITTCOFICIAL
@COMUNICAITTC
RUA MARQUÊS DE ITU, 298 - VILA BUARQUE - SP